

OLAVO DE CARVALHO NO DEBATE SOBRE O GOLPE E A DITADURA MILITAR

*Natalia dos Reis Cruz**

O trabalho analisa a narrativa de Olavo de Carvalho sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. O objetivo é apreender os afastamentos e as aproximações entre a narrativa olavista e setores da extrema direita brasileira e parte da historiografia acadêmica sobre o tema. Os resultados mostram que Carvalho aproxima-se de vertentes “reviscionistas” e liberais da historiografia acadêmica, assim como de discursos militares. Através do conceito de “marxismo cultural”, Carvalho nega o caráter violento do golpe, atribuindo a violência a setores da sociedade civil de extrema direita e de esquerda e constrói uma imagem de “ditadura branda”. Crítico do conceito de “revolução”, afasta-se da narrativa militar e admite o conceito de “golpe”, considerado uma necessidade inevitável diante da ameaça de uma “ditadura comunista” durante o governo João Goulart.

Palavras-chave: Ditadura militar. Marxismo cultural. Comunismo. Golpe. Extrema direita.

INTRODUÇÃO

O crescimento da extrema direita a nível global é um fenômeno incontroverso e que vem preocupando parcelas das sociedades que valorizam a convivência democrática, sendo também objeto de estudo de uma variedade de analistas das diversas áreas das ciências humanas.

No Brasil, a extrema direita tem como uma de suas ações a tentativa de legitimar o passado da ditadura militar. Este artigo tem, portanto, o objetivo de analisar a narrativa de Olavo de Carvalho sobre o golpe de 1964 e o regime militar, procurando situá-la no campo do debate sobre o tema e, para isso, será feito um diálogo com algumas perspectivas da extrema direita, incluindo militares e civis, e com parte da historiografia acadêmica, a fim de apreender aproximações e afastamentos da narrativa olavista em relação a elas.

Chaloub (2022) aponta que a extrema direita está presente no campo político há muito tempo e que já no imediato pós Segunda Guerra Mundial ela se remete ao imaginário fascista, embora de forma marginal, devido à até então recente derrota do Fascismo. Nos anos recentes, a extrema direita voltou ao centro da disputa política, tornando-se ou hegemônica ou uma das principais forças da disputa eleitoral e da esfera pública.

Para Chaloub (2022), parte da popularidade de líderes da extrema direita está relacionada à sua capacidade em sugerir uma aproximação entre representados e representantes por meio de uma suposta abertura da esfera pública a novas vozes, além de apresentar uma perspectiva de mudança, não oferecida pelas instituições democráticas tradicionais.

Olavo de Carvalho foi um dos grandes responsáveis pela propagação do pensamento extremista de direita em terras brasileiras. Estudiosos têm se dedicado a abordar o fenômeno olavista. Bianchi (2019), por exemplo, enfatiza haver pouca verdade na narrativa filosófica de Carvalho. No entanto, seus discursos possuem uma dignidade própria que não está

* Universidade Federal Fluminense. Instituto de Estudos Estratégicos (INEST). Departamento de Relações Internacionais.
Rua: Mario Santos Braga, 30. Centro. Cep: 24020-140. Niterói – Rio de Janeiro – Brasil. natreiscruz29@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5797-2156>

relacionada com a verdade, e sim com sua capacidade em traduzir as angústias do seu público em narrativas eficazes e convincentes.

A principal narrativa de Carvalho baseia-se nas ideias de declínio da civilização ocidental e dos valores cristãos, no conflito entre as forças do bem e do mal e no conspiracionismo. Tal percepção viria de um homem aterrorizado com o declínio das tradições ocidentais, uma percepção compartilhada por pessoas comuns, que acabam por se identificar com sua narrativa. Dessa forma, Carvalho elabora uma ideologia baseada no medo (Bianchi, 2019).

Segundo Rocha (2020), Olavo de Carvalho adota a retórica do ódio, construindo um discurso que reduz o outro ao papel de inimigo a ser eliminado, e na qual são usados dois procedimentos: a desqualificação nulificadora e a hipérbole descaracterizadora. O primeiro seria a estigmatização do outro, convertendo-o em uma caricatura. O segundo baseia-se na redundância e repetição sistemática do que se acabou de dizer, acompanhadas de exageros narrativos, sendo um exemplo a ideia de que a quarentena durante a pandemia de Covid-19 seria “a maior fraude da história humana”, escrita por ele em sua conta do então Twitter, em 20 de abril de 2020.

Embora identifique Gramsci como um grande inimigo, setores da extrema direita contemporânea, incluindo Olavo de Carvalho, vêm adotando o que analistas chamam de “gramscismo de direita”, uma “guerra cultural” na luta pela hegemonia, mobilizando conceitos de origem marxista, notadamente os de Gramsci, contra o que acreditam ser o domínio das esquerdas e o marxismo cultural. As narrativas sobre o golpe de 1964 e o regime militar fazem parte desta estratégia.

Segundo Puglia (2018), Olavo de Carvalho se apropriou de discursos de setores militares, mas acrescentou a estes discursos uma acusação à esquerda, qual seja, a de adotar a estratégia gramsciana, utilizando o espaço da educação e da cultura para disseminar imagens negativas sobre a ditadura e a direita, conquistando a hegemonia na sociedade.

Estudiosos do tema apontam que o período em que se iniciaram as batalhas pela memória sobre o golpe de 1964 e a ditadura foi o da abertura política a partir do governo Geisel (1974-1979), quando tentativas de reabilitar o regime militar, principalmente por parte dos próprios militares, se iniciaram, enquanto se desmantelavam os mecanismos mais explícitos da repressão, se transitava para a democracia de forma pactuada com setores militares e civis que apoiaram o regime – através da Lei da Anistia (1979) – e se abria o mercado editorial para a publicação de relatos de participantes da luta armada, evidenciando os crimes do Estado (Moreira, 2013).

Moreira (2013) aponta que, ao longo dos anos 1980 e 1990, setores da sociedade, tanto civis como militares, buscaram estratégias para defender a imagem positiva da ditadura militar, se contrapondo às lutas que reivindicavam a reparação moral pelos mortos e desaparecidos durante o regime.

Nos anos mais recentes, notadamente a partir do primeiro governo Dilma, iniciado em 2011, houve um “giro à direita” para o qual teria contribuído, entre outros fatores, a criação de uma comissão oficial para investigar os crimes da ditadura, a Comissão Nacional da Verdade, que atuou entre 2012 e 2014. As iniciativas em relação às políticas de memória e reparação já existiam antes, tendo iniciado já no governo Fernando Henrique Cardoso. No entanto, estava em curso um feito inédito: a investigação dos crimes cometidos pelo Estado durante o regime militar, embora sem pretensões punitivistas, o que levou à reação de diversas lideranças militares e civis apoiadoras da ditadura, que criticavam o que chamavam de “revanchismo” das esquerdas. Este quadro intensificou sentimentos antiesquerdistas e levou à rejeição de governos petistas entre os militares (Motta, 2022).

O período atual da polarização entre a extrema direita, principalmente o bolsonarismo, e forças progressistas, entre as principais o PT, é o cenário em que vem se acentuando

a disputa em torno do passado ditatorial, com vários segmentos da direita radical defendendo o período da ditadura militar e arregimentando apoiadores entre setores da população que chegam a pedir, em manifestações, uma intervenção militar, com destaque para a tentativa de golpe perpetrada em 8 de janeiro de 2023.

Olavo de Carvalho, que apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência em 2018 e chegou a ter influência em seu governo, esteve envolvido na construção de uma imagem benevolente do período da ditadura militar. No entanto, entre a extrema direita há uma variedade de percepções sobre o golpe de 1964 e o regime militar, embora todos tentem produzir uma imagem positiva deste passado e pratiquem uma dose de negacionismo em suas análises, mas o que negam e como fazem divergem em uma certa medida, o que será apontado ao longo do trabalho.

Na seção seguinte, será abordada a narrativa de Olavo de Carvalho sobre o golpe de 1964 e o regime militar, analisando-se sua conexão com interpretações acadêmicas sobre o tema e as visões predominantes do meio militar, bem como as diferenças de percepção entre Carvalho e lideranças civis e militares sobre o conceito de “golpe” para se referir aos eventos de março de 1964. Serão apresentados os conceitos de revisionismo, negacionismo e marxismo cultural, imprescindíveis para se compreender a lógica dos argumentos de Carvalho. Posteriormente, será feita uma síntese conclusiva das principais ideias do texto.

O GOLPE DE 1964 E O REGIME MILITAR NA VISÃO DE OLAVO DE CARVALHO

Antes de abordarmos a temática central do artigo, é importante enfatizar que parte da historiografia que será citada é considerada por alguns historiadores como revisionista, o que tem levado a polêmicas e debates entre os estudiosos do tema. Cabe aqui então discutir

brevemente o conceito de “revisionismo”. A “revisão” do passado é um processo legítimo do fazer historiográfico, visto que novas fontes são abarcadas nas pesquisas, novas abordagens surgem, lançando luz sobre aspectos não percebidos ou considerados em análises anteriores. A “revisão” legítima da história é um processo que leva ao aumento do conhecimento sobre o passado.

No entanto, as práticas “revisionistas” vêm sendo sequestradas por grupos políticos ideologicamente interessados em utilizar o passado para legitimar seus projetos político-sociais do presente, levando-os não a rever o passado, mas a distorcê-lo, negando fatos e processos e construindo realidades paralelas. Estamos falando, então, de negacionismo, não de revisionismo, sendo o caso da extrema direita anticomunista (Vidal-Naquet, 1988).

Olavo de Carvalho apresenta em sua narrativa aspectos negacionistas que serão apontados ao longo do texto. De início, devemos afirmar que ele compactuava com a defesa do golpe de 1964 e justificava a “necessidade” de tal evento político ter ocorrido no Brasil, embora tenha realizado críticas aos setores militares brasileiros.

Podemos dialogar com o trabalho de Moreira (2013, p. 167), para quem Olavo de Carvalho apresenta uma visão de direita exterior ao regime, pois não participou enquanto membro político ou militar dos governos militares, afirmando, inclusive, que não apoiou o golpe e o regime nas décadas de 1960 e 1970. A autora aponta que Carvalho se coloca em uma posição de neutralidade ao abordar o tema, o que seria uma estratégia para justificar a importância da análise que produz sobre tal período. E, para isso, parte do argumento de que, por conhecer os dois lados do espectro político, teria condições para realizar um exame objetivo dos momentos do golpe e do regime que o sucedeu. Seu “lugar de fala” seria então o da imparcialidade, imagem que busca evidenciar em sua narrativa (Moreira, 2013, p. 188).

O que chama de imparcialidade é, na verdade, uma clara opção política que, por não

se assumir como tal, quer convencer o público que antes não conhecia a “verdade”. Nesse sentido, é digno de nota o discurso proferido por Carvalho no Clube Militar, em 1999, por ocasião do aniversário do golpe (Moreira, 2013, p. 189). No discurso, Carvalho (1999b) fala sobre seu arrependimento por ter nutrido preconceito para com os que participaram de 1964 e para com a direita em geral. Tal preconceito o teria impedido de “conhecer a verdade”, o que atribui ao “veneno marxista”, que o fazia julgar e condenar o “movimento de 1964” simplesmente por ser de direita, mesmo não sabendo nada a respeito e nem o que estava sendo feito, “como se houvesse uma “maldade ontológica” nos sujeitos participantes do processo.

No campo das direitas, é notável a tentativa de justificar o evento, usando-se o conceito de “Revolução democrática” e não o de golpe, sendo este um ponto que diferencia Carvalho de grande parte dos apologistas de 1964. Embora no discurso supracitado Carvalho não use o termo golpe, e sim “movimento de 1964”, podemos considerar a possibilidade de que ele tenha sido cauteloso com a definição dos eventos, por estar falando para o público militar, enquanto em artigo publicado no mesmo ano, a admissão do golpe aparece, o que será demonstrado adiante. Na visão apresentada no referido discurso, as motivações para o golpe seriam legítimas, pois haveria uma “ameaça de revolução comunista” que colocava em risco a democracia.

A narrativa de Olavo de Carvalho sobre o tema contém muitos dos elementos presentes tradicionalmente nos discursos dos partidários dos eventos políticos de março de 1964. Em artigo publicado em o Globo e reproduzido em seu site pessoal, Carvalho (1999a, não paginado) afirma que havia “guerrilhas”, “atentados” e “sequestros”, o presidente Goulart apoiava “ostensivamente a rebelião esquerdista no Exército” e Prestes “voltara de Moscou com autorização para desencadear – por fim – a guerra civil no campo”.

O contexto da fonte supracitada, datada de 1999, pertence à era FHC, quando a questão

da memória e da reparação das vítimas da ditadura já aparecia no cenário, mas o contexto político ainda não estava dominado pela intensificação das ações e discursos de extrema direita.

É possível observar a estratégia narrativa de criar uma imagem de que a violência e o caos haviam sido provocados pelas esquerdas, além de uma defesa da tese de que uma revolução comunista estava às portas do Brasil, com apoio da URSS. Trata-se de um imaginário hiperbolizado da situação do Brasil pré-1964, em que havia, de fato, conflitos e disputas de projetos econômicos e sociais, sendo o governo Goulart um representante de medidas reformistas no capitalismo brasileiro, e não comunistas, mas que atingiam os interesses hegemônicos do capital internacional atuante no país e dos latifúndios.

Organizações da sociedade civil ligadas aos interesses do grande capital – como o complexo IPES/IBAD – propagavam a existência de uma “ameaça comunista”, com o objetivo de desacreditar as reformas de base de Goulart, sendo então uma estratégia da campanha ideológica empreendida pelas elites golpistas para desestabilizar o governo Goulart e justificar a ruptura democrática (Dreyfuss, 1981).

A narrativa olavista da ameaça comunista é, portanto, lugar comum entre as direitas ao se referirem ao golpe de 1964. Os militares tinham essa narrativa e acreditavam que estava sendo preparado um golpe comunista com a participação do presidente Goulart. Stepan (1975, p. 124), ao analisar o que via como uma mudança de padrão na relação dos militares com os civis, que teriam passado de “poder moderador” à tomada do poder em 1964,¹ mostra como os militares, não somente percebiam as instituições como falhas, mas se sentiam ameaçados por uma quebra da disciplina e da hierarquia, podendo ser um passo inicial para a dissolução das Forças Armadas com a possibilidade de Goulart dar um golpe

¹ Há insuficiências históricas na obra de Stepan. Ver Fico (2004, p. 43).

com apoio dos comunistas. Contribuía para esta percepção a existência de critérios políticos para promoções no Exército, sugerindo aos militares que Goulart pretendia constituir, para fins golpistas, uma força leal a ele, além de boatos sobre “exércitos populares” que se tornavam críveis pelo apoio de Goulart aos cabos, sargentos e suboficiais.

A tese do golpe comunista aparece em um documento intitulado ORVIL,² produzido por um Tenente-Coronel do Exército, sob o pseudônimo de N2, que incorpora um trabalho produzido por ele anteriormente, sob o título de *As quatro tentativas de tomada de poder*, iniciado em 1986, no qual fala em 4 tentativas de golpes comunistas: em 1935, em 1963-64, de 1967-74 (período da luta armada) e em 1984-85 (baseado em trabalho de massa), sendo esta última, não exatamente comunista, mas à esquerda (Brandão e Leite, 2012, p. 309).

A imagem construída por Carvalho (1999a) de violência e caos pré-1964, supostamente provocados pela esquerda, tem o propósito de apresentar este espectro do campo político como uma força destrutiva e perigosa, preparando o espírito do leitor para a aceitação dos eventos que se seguiram em março de 1964. A atuação militar é retratada então como a “salvação” que o Brasil precisava para evitar a tomada do poder pelos comunistas, e 1964 teria evitado o pior sem derramar sangue, já que na operação não teria havido “mais do que duas vítimas”. É apresentado, portanto, um imaginário de contraste entre a “esquerda violenta” e a “não violência” da intervenção militar.

Fora da presença de militares, Carvalho usa o conceito de golpe, sugerindo que o termo “revolução” pode perfeitamente ser substituído por aquele. “Se houve na história da América Latina um episódio *sui generis*, foi a Revolução de Março (ou, se quiserem, o golpe de abril)

² Tratou-se do resultado de um projeto pensado ainda durante o governo Figueiredo, em 1984, por um analista do Centro de Informações do Exército (CIE), no qual havia entrado em 1983. O tenente-coronel ingressou na carreira militar em 1962, por influência de um tio e, em 1969, teve seu primeiro contato com a área de informações, por meio do Curso de Informações do Centro de Estudo Pessoal do Exército (CEPE) (Brandão e Leite, 2012, p. 307).

de 1964” (Carvalho, 1999a, não paginado). Os seus seguidores, reunidos na produtora Brasil Paralelo, mantiveram o conceito, afirmando que o golpe foi necessário para derrotar uma suposta ameaça comunista, mas com a novidade de enfatizar narrativas distorcidas sobre a ação da espionagem soviética no Brasil (Motta, 2022, p. 8; Cleto, 2024). Temos então um ponto de distanciamento entre Olavo de Carvalho e muitos dos defensores de 1964, que tendem a negar que houve um golpe, preferindo o termo “revolução democrática”.

A postura do olavismo em reconhecer a existência de um golpe em 1964 contrasta, por exemplo, com a retórica do ex-presidente Jair Bolsonaro que, em entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo, durante a campanha eleitoral de 2018, disse “deixa os historiadores para lá”, desqualificando a história acadêmica, ao responder ao questionamento do jornalista William Bonner sobre o fato de os historiadores sérios definirem 1964 como golpe. O Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, falava em revisar os livros didáticos para adequá-los à visão de que 1964 não originou uma ditadura. Em sua versão, “Não foi um golpe contra a Constituição da época, não. [...] Foi um regime democrático de força” (Motta, 2022, p. 9). Percebemos, então, que o negacionismo de Bolsonaro não está presente no pensamento olavista quando o assunto é definir o que ocorreu em março de 1964. Olavo, neste ponto, longe de ser negacionista, é justificacionista, pois tenta legitimar a ruptura democrática, e não a negar.

A recusa de Carvalho à ideia de “revolução democrática” propalada pelos militares a fim de negar o caráter antidemocrático de março de 1964 está ligada à sua ojeriza por qualquer tipo de revolução, apresentando-se como um conservador e associando as revoluções às esquerdas e aos fascismos, em uma típica tentativa de aproximar comunismo e nazismo sob o conceito de “movimentos revolucionários”. Para ele, as ideologias revolucionárias são “ameaçadoras e daninhas”, pois pretendem re-

modelar radicalmente toda a vida humana, se apresentam “como mandamentos universais imbuídos da autoridade de refazer o mundo segundo o molde de uma hipotética perfeição futura” (Carvalho, 2007, não paginado).

Vários processos sociopolíticos costumadamente definidos como “revoluções” não o seriam de fato, “porque não participam da mentalidade revolucionária, não visam à remodelagem integral da sociedade, da cultura e da espécie humana, mas se destinam unicamente à modificação de situações locais e momentâneas, idealmente para melhor”. Ainda que tais processos façam uso da força bélica e “provoquem modificações espetaculares”, não seriam revoluções, “porque nada ambicionam senão à correção de males imediatos ou mesmo o retorno a uma situação anterior perdida” (Carvalho, 2007, não paginado).

É importante ter em conta que o contexto da fonte citada acima – um artigo publicado no Diário do Comércio e reproduzido em seu site pessoal – faz parte dos anos do PT no governo, no caso, o primeiro mandato do Presidente Lula, quando o antipetismo de Carvalho e a associação que ele fazia entre PT e comunismo podem explicar a sua preocupação em construir um discurso negativo sobre as “revoluções” em geral.

O discurso da condenação das revoluções não seria coerente com a adoção do termo para designar um evento político com o qual ele se identifica e defende. Afinal, segundo ele, um movimento revolucionário seria “o flagelo maior que já se abateu sobre a espécie humana desde o seu advento sobre a Terra.” As revoluções seriam portadoras de uma “violência genocida” com “restrições cada vez mais sufocantes à liberdade humana”, essencialmente “totalitária e universalmente expansiva: não há aspecto da vida humana que ela não pretenda submeter ao seu poder, não há região do globo a que ela não pretenda estender os tentáculos da sua influência.” Algo assim tão maléfico, em sua concepção, não poderia explicar 1964 (Carvalho, 2007, não paginado), uma

“intervenção de direita bem-sucedida”, pois os comunistas “é que adoram revoluções”, que matam muito por acreditarem ter a solução de todos os males e que são o bem encarnado, enquanto “nós” apenas “fazemos coisas modestas” e só “agimos na emergência para impedir catástrofes”. Os esquerdistas seriam “assassinos profissionais” enquanto “nós somos gente, somos seres humanos”. Ao tomarem o poder em 1964, os militares teriam governado “com sabedoria, com paciência, com bondade, com brandura” e teriam protegido inclusive as esquerdas da direita civil (extremada) que queria matá-las (Carvalho, 1999b *Apud* Moreira, 2013, p. 193).

Dessa forma, 1964 seria uma “correção de males imediatos”, conforme citado anteriormente, no caso, a ameaça comunista. Se o comunismo revolucionário é “totalitário”, “genocida” e “ameaçador das liberdades”, evitá-lo seria preservar a liberdade, modificar uma situação momentânea para algo “idealmente melhor”, parafraseando mais uma vez a narrativa olavista supracitada.

Quanto ao ponto do suposto “pacifismo” das Forças Armadas em 1964, presente na narrativa olavista, tal interpretação está ligada à ideia de que havia uma “guerra civil” em curso protagonizada pelos comunistas e por uma “extrema direita civil”. Sua narrativa procura condenar tanto os adeptos do comunismo como os partidários extremistas no campo da direita, entre os quais estariam líderes como Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, acusados de terem montado “um imenso esquema paramilitar mais ou menos clandestino, que totalizava não menos de 30 mil homens armados de helicópteros, bazucas e metralhadoras e dispostos a opor à ousadia comunista uma reação violenta. Tudo estava, enfim, preparado para um formidável banho de sangue”. O golpe de 1964, além de ter supostamente evitado a violência de uma guerra civil, teria também impedido que a extrema direita tomasse conta do país e a feito desaparecer do cenário político (Carvalho, 1999a, não paginado).

Moreira (2013, p. 188; 192) chama atenção para como Carvalho coloca toda a extrema direita no setor civil, enquanto a direita moderada estaria entre os militares, notando que o elogio à caserna tem lugar central em seus textos e o período ditatorial é elogiado por ser de direita e militar. E ao colocar líderes como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros como associados à extrema direita contida com a “contrarrevolução”, não leva em conta a preparação para o golpe e a influência de Lacerda nas escolas militares. Em artigo publicado em seu site pessoal, Carvalho (2000, não paginado), citado por Moreira, compara a sociedade civil com os militares quando afirma que somente estes eram patriotas porque tinham consciência “da história da pátria como sua história pessoal”, enquanto a sociedade civil seria “desconjugada e atomizada” e “anormalmente vulnerável a mutações psicológicas” instigadas do exterior e influenciadas por “ambiciosos intelectuais ativistas” que levavam as pessoas a se esquecerem dos acontecimentos históricos e a terem uma imagem falsa do passado. A “vida descontínua” e cortada por “súbitas mutações modernizadoras” que caracterizavam a multidão as privaria dos “fatores de continuidade que preservava a identidade histórica do meio militar”.

É possível perceber a idealização dos militares, quando Carvalho afirma, no discurso no Clube Militar, que não era o poder que justificava a tomada do governo em 1964, mas o “amor ao território, ao passado histórico, à identidade cultural, ao patrimônio do país”; em suas palavras, “consideravam que era o seu [militar] dever lutar por essas coisas” (Carvalho, 1999b *Apud* Moreira, 2013, p. 192). Tal idealização tem a função na narrativa de fortalecer a ideia de que havia uma luta entre o bem e o mal (os comunistas), e o “bem” seriam os militares.

A interpretação olavista fala contra a “História oficial de 1964”, que predominaria no espectro da esquerda e das forças democráticas, que, para Olavo de Carvalho, não passa de uma bibliografia “de natureza predo-

minantemente revanchista e incriminatória”, que dissolveria “a originalidade do episódio numa sopa reducionista, onde tudo se resume aos lugares-comuns da ‘violência’ e da ‘repressão’”, quando a verdade seria que “o sangue e a maldade apareceram bem menos do que seria normal esperar naquelas circunstâncias” (Carvalho, 1999a, não paginado).

O evento golpista de 1964 teria sido então “pacifista” e “não violento”, evitando a real violência de uma guerra civil. Mas, como não há possibilidade de negar as mortes e prisões dos que combateram a ditadura, Carvalho usa a estratégia de comparar números com a repressão que teria havido no regime cubano (cerca de “17 mil dissidentes assassinados”), procurando apontar para a irrelevância quantitativa dos atingidos pelo regime militar brasileiro, cerca de “trezentos esquerdistas mortos após o endurecimento repressivo com que os militares responderam à reação terrorista da esquerda, em 1968”, assim como “os dois mil prisioneiros políticos que chegaram a habitar os nossos cárceres foram rigorosamente um nada, em comparação com os cem mil que abarrotavam as cadeias daquela ilha do Caribe” (Carvalho, 1999a, não paginado).

Tal discussão olavista sobre a irrelevância do número de mortos ou presos da ditadura militar traz à tona as limitações de uma discussão sobre as vítimas baseada somente em alvos políticos ligados à luta armada ou ao movimento estudantil. Essa discussão foi levantada por Pedretti (2024, p. 10 e 11), que critica a concepção de vítima reproduzida pela própria Comissão Nacional da Verdade (cujo primeiro volume de seu relatório contabilizou cerca de 434 pessoas oficialmente vítimas do regime), geralmente ligada a jovens guerrilheiros ou estudantes, majoritariamente homens, brancos, universitários, oriundos das classes médias ou altas e dos centros urbanos do Rio de Janeiro ou São Paulo. Em seu segundo volume, o relatório da CNV considerou também outros grupos como vítimas – trabalhadores urbanos e rurais, povos indígenas e a população LGBT-

QIA+, embora não tivesse incluído os negros e as populações das favelas. O autor cita também diversos trabalhos acadêmicos que focaram nestas vítimas, colocando em cena as violações perpetradas contra setores até então excluídos da historiografia, questionando a centralidade dada à luta armada, o que levava ao subdimensionamento do número de vítimas.

Pedretti (2024, p. 14-15) enfatiza ainda que o estatuto de vítimas da ditadura foi elaborado com base em uma clivagem socialmente construída entre violência política e violência comum, de forma que somente as vítimas políticas são consideradas. Além disso, o autor defende ser necessária a superação das fronteiras rígidas entre o político e o comum, com ganhos para o debate político e público, colaborando para desconstruir a visão dos apologetas da ditadura de que ela não teria sido violenta, como é o caso da narrativa olavista.

Em outro artigo reproduzido por um site de direita, Carvalho (2004, não paginado) não somente busca demonstrar a “insignificância” em termos quantitativos dos mortos pela ditadura militar, como defende a tese de que o golpe não teria produzido diretamente uma ditadura, esta teria “nascido de uma sequência de transformações – quase ‘golpes internos’ – cujas consequências ninguém poderia prever em março de 1964”. Se o negacionismo não aparece na definição do que houve em 1964, surge na definição do que veio entre o golpe e o ano de 1968. No período do governo Castelo Branco, não teria havido restrições à liberdade, violência física (a não ser da parte dos comunistas), sendo assim, a ditadura só teria começado a partir do governo Costa e Silva e culminado no governo Médici, período que ele define como de “repressões sangrentas” e “abuso generalizado da autoridade”.

A interpretação aproxima-se bastante do “mito da ditabranda”, defendido por alguns setores liberais da sociedade, que defendem que houve um “desvio” do projeto inicial do governo Castelo Branco como consequência de 1968, isto é, 1964 não teria por si só gera-

do uma ditadura. Dessa forma, tais setores que apoiaram 1964 se eximem de responsabilidade pelo regime repressivo. Segundo Napolitano (2017, p. 286-287), “a memória liberal auto-absolveu os próprios liberais que protagonizaram o liberticídio de 1964 – na imprensa, nas associações de classe, nos partidos políticos –, culpando a incompetência de Goulart e a demagogia de esquerda pelo golpe”.

O “mito da ditabranda”, no entanto, já foi desmentido por pesquisas acadêmicas que mostram como o período de Castelo Branco preparou o caminho para a institucionalização do regime autoritário, através de medidas que mudaram a estrutura jurídica do país, sendo um exemplo a alteração da relação entre os três poderes da República, que fortaleceu o poder do Executivo em detrimento dos demais. Em seu governo, embora tenha sido mantida alguma liberdade para setores intelectuais e da cultura, houve cassação de mandatos, aposentadorias compulsórias no setor público, repressão e desmantelamento dos setores sociais, a ascensão de militares radicais ao poder político, a redação e assinatura da Lei de Segurança Nacional com sua noção de “guerra interna”, o fechamento do Congresso Nacional e o decreto restritivo da Lei de Imprensa, sem contar a existência de tortura já nos primeiros dias após o golpe (Napolitano, 2013; Fico, 2001; 2004).

Segundo Fico (2004, p. 33-34; 36), Castelo Branco permitiu que o grupo de pressão formado por militares radicais “linha dura”, que se institucionalizou nas “comunidades de segurança” e “comunidades de informações”, conquistasse cada vez mais espaços no poder, ou seja, a repressão da “operação limpeza” estava presente desde o início. Nesta perspectiva, o decreto do AI-5 é visto como o amadurecimento de um processo anterior, e não uma reação aos acontecimentos de 1968 e à luta armada de parte da esquerda, o que se contrapõe com a tese do “golpe dentro do golpe”, segundo a qual uma fase distinta da anterior teria se iniciado após o AI-5, exatamente a visão que Olavo de Carvalho continuou sustentando.

Outro elemento presente no discurso olavista é o caráter de inevitabilidade dos eventos de 1964. Neste ponto, o argumento gira em torno da ideia de que não havia possibilidade de uma normalidade democrática como alternativa: “essa alternativa simplesmente não existia: a revolução destinada a implantar aqui um regime de tipo fidelista com o apoio do governo soviético e da Conferência Tricontinental de Havana já ia bem adiantada” (Carvalho, 1999a, não paginado).

Para justificar o golpe de 1964 no Brasil, Carvalho afirma que estava em andamento uma revolução socialista de tipo cubano no país, o que significaria implantar um regime autoritário, e que o golpe militar foi uma “defesa” contra tal realidade já certa de ocorrer.

Ainda em relação à suposta brandura do regime militar brasileiro, Carvalho dá como exemplo a livre atuação da esquerda dentro das universidades, dos jornais e do movimento editorial, que teria sido facilitada pela adesão do regime à “teoria golberiniana da ‘panela de pressão’”, que afirmaria a “necessidade de uma válvula de escape para o ressentimento esquerdista”. Naquele contexto, o governo ainda não conheceria a “estratégia gramsciana e não imaginava ações esquerdistas senão de natureza insurrecional, leninista” (Carvalho, 1999a, não paginado).³

O pensamento olavista constrói uma ponte entre o conceito de “brandura” do regime militar e o conceito de “marxismo cultural”, que surgiu nos EUA, durante os anos 1990, nos círculos políticos da direita religiosa, sendo seus principais divulgadores, William Lind, Paul Weyrich, Pat Buchanan e a Free Congress Foundation (Berkowitz, 2003). Segundo eles, vários elementos presentes na cultura política norte-americana desde o final do século XX – como defesa dos direitos humanos e civis para as diferentes “minorias” (homossexuais, negros, imigrantes), multiculturalismo, Estado laico,

humanismo crítico, estudos de gênero, ambientalismo e feminismo – seriam uma “guerra ideológica” contra os valores, a cultura e a sociedade norte-americana, como resultado da ação subversiva dos intelectuais marxistas organizados em torno da “Escola de Frankfurt”, que migraram para os Estados Unidos ao longo dos anos 1930, para fugir da Alemanha nazista, principalmente Theodor Adorno e Max Horkheimer, judeus e marxistas. (Castro, 2016, p. 6)

Segundo Matthew (2003), o termo “marxismo cultural” é derivado do termo antisemita “*Kulturbolschewismus*” (bolchevismo cultural), usado pelos nazistas para alegar que a influência cultural judaica havia causado degeneração da sociedade alemã sob o regime liberal da República de Weimar (1918–1933) e seria a causa da decadência social no Ocidente.

Para Carvalho (2011, não paginado), o chamado “marxismo cultural” teria tido liberdade de atuação nos anos do regime militar brasileiro, por meio do “gigantismo da mídia esquerdista no tempo da ditadura”, que não seria uma “imprensa nanica” conforme se alega, mas “um império midiático de proporções colossais”, enquanto não teria surgido nenhum jornal ou revista conservadora de direita no mesmo período, pois “não havia dinheiro para isso”. Ele enfatiza que, apesar de vários órgãos de imprensa esquerdista terem tido curta duração, outros permaneceram em circulação durante muitos anos, citando como exemplo O Pasquim e Movimento. Ambos sofriam censura, mas os jornais da grande mídia também. A imprensa esquerdista seria financiada por Moscou (“o ouro de Moscou”), por empresários e banqueiros locais, por organizações terroristas, por organismos internacionais e pelo próprio governo dos militares.⁴

Em artigo publicado no Diário do Comércio, Carvalho (2013, não paginado) faz referência a um plano do governo militar, con-

³ Percebe-se que Carvalho faz uma comparação pobre entre Gramsci e Lenin, como se no pensamento de Lenin não houvesse também uma preocupação com a construção de uma hegemonia antes do ato insurrecional em si.

⁴ Ele se refere a informações supostamente dadas por Ênio Silveira antes de morrer, a quem ele chama de “o maior editor comunista do Brasil”, criador da Revista Civilização Brasileira, que teria afirmado que sua revista só sobreviveu devido aos “favores do General Golbery”. (Carvalho, 2011, não paginado)

cebido pelo ministro Alfredo Buzaid nos anos 1970, cujo objetivo seria frear a “infiltração comunista nas universidades e órgãos de mídia”. Este plano não teria sido realizado, pois “a era dos militares foi o período de maior prosperidade da indústria do livro esquerdista do Brasil e a época da conquista da mídia pelos comunistas.” A ditadura, segundo ele, não fez o que “os comunistas já fizeram e que já está em plena vigência neste país com uma amplitude e uma rigidez que ultrapassa tudo o que os militares pudessem ter sonhado em matéria de controle hegemônico dos canais de comunicação e ensino”.

Ao observarmos o ano da fonte acima, 2013, percebemos que já se iniciava um processo de polarização na sociedade brasileira, com a intensificação dos movimentos de extrema direita no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Tal polarização aliada ao antipetismo pode ter estimulado Carvalho a intensificar a sua narrativa de controle esquerdista da mídia e da educação. Tal estratégia reflete também uma reação, não somente a políticas sociais de inclusão de minorias como à intenção do governo Dilma em trazer à tona os crimes cometidos pela ditadura militar, na CNV, acentuando a reação de militares e da extrema direita bolsonarista e olavista.

Um trabalho sobre a atuação da repressão política e ideológica nas universidades durante o regime militar é o de Motta (2008), com base em pesquisa sobre as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (as AESI), criadas para vigiar a comunidade universitária. Ele demonstra a censura à pesquisa e à publicação e circulação de livros, bem como o afastamento de profissionais, através de aposentadoria compulsória. Nas palavras do autor, “As Universidades ocupavam lugar fundamental no planejamento estratégico dos militares, por seu papel na formação das futuras elites e dos técnicos necessários à gestão da economia”. Para isso, o regime militar precisava obter a cooperação dos dirigentes universitários, e quem não colaborasse poderia ser punido

“diretamente (aposentadorias compulsórias, demissões) ou indiretamente (perda de verba, protelação no atendimento de demandas)” (Motta, 2008).

Motta (2014b, p. 24) aponta para um quadro multifacetado, em que havia políticas ambíguas, conciliatórias, contraditórias e paradoxais por parte do regime, gerando repressão mas também “jogos de acomodação, estratégias de ação que não se enquadram bem em análises binárias”; o impulso repressivo conviveu, nos meios acadêmicos, com a estratégia da conciliação, pois havia muitas pessoas originárias das classes médias e altas, que tinham possibilidade de mobilizar ligações sociais em seu benefício; havia, portanto, processos que não se encaixam no binômio tradicional repressão/resistência. Isso explica o relativo crescimento do marxismo nas universidades ao mesmo tempo que havia repressão. O que Carvalho faz é colocar o foco apenas em um aspecto da realidade universitária, com o intuito de construir uma imagem de ditabranda e legitimar sua narrativa conspiracionista do “marxismo cultural”.

Por isso, aponta que “os derrotados de 1964”, ou seja, as esquerdas em geral, que teriam tido liberdade de atuação em seu “feudo intelectual”, realizaram uma espécie de “vingança literária” e monopolizaram “a indústria das interpretações do fato consumado”. A consequência teria sido que “a literatura sobre o regime militar, em vez de se tornar mais serena e objetiva com a passagem dos anos, tanto mais assume o tom de polêmica e denúncia quanto mais os fatos se tornam distantes e os personagens desaparecem nas brumas do tempo” (Carvalho, 1999a, não paginado).

É possível fazer um paralelo entre a fala acima e a visão de Ernst Nolte (1989), que dizia que o passado nazista “não queria passar”, e por isso não se tornava reconhecível em sua complexidade: o historiador não conseguiria olhar para esse passado de forma distanciada e, conseqüentemente, as visões “simplistas” que interpretam esse passado em termos de

vítimas e carrascos nunca são submetidas à revisão. Ainda dizia que a lembrança recorrente do passado nazista estava ligada a interesses dos perseguidos e de seus descendentes em manter um status quo que os colocava em evidência e lhes conferia privilégios.

Assim como Nolte não se conformou com a divulgação da verdade sobre o passado nazista, tentando desqualificar a memória dos perseguidos pelo nazismo, por estar supostamente repleta de parcialismos, Carvalho faz uma guerra contra o que rotula como “falsidade”, “mentira” e “enganação” das interpretações à esquerda sobre o significado e a natureza do golpe de 1964. Seriam apenas narrativas vingativas, que só são aceitas porque já se distanciaram o suficiente dos fatos narrados e porque tais interpretações têm a hegemonia no meio educacional e nos livros didáticos. O que, por sua vez, comprovaria como o regime militar não reprimiu os intelectuais de esquerda.

Assim, a narrativa olavista tenta difundir uma imagem de uma “ditadura branda”, o que somado à estratégia de fazer comparações entre o número de mortos das “ditaduras comunistas” e o de desaparecidos do regime militar brasileiro, resulta em uma inversão que coloca os perseguidos pelo regime na condição de reais defensores de ditaduras, enquanto o regime seria ameno e brando.

Apresentar uma imagem ditatorial dos que combateram a ditadura militar faz Carvalho aproximar-se bastante de um historiador acadêmico com passado na luta armada, Daniel Reis (2000),⁵ para quem a esquerda da época não possuía compromisso algum com a democracia, pois também queria “implantar uma ditadura”, além de apresentar a direita como a defensora da democracia contra uma esquerda que queria fazer as reformas “na lei ou na marra”, reforçando os argumentos golpistas (Melo, 2013). A resistência da esquerda

à tirania é então desqualificada e apresentada como uma farsa.

Carvalho nega que havia forças democráticas dentro da esquerda no período anterior ao golpe, e que somente hoje a esquerda estaria atuando de forma democrática, o que, se o tivesse feito na época em questão, o golpe não teria ocorrido, pois os militares consentiam a “militância social democrática” como uma “alternativa saudável para a violência revolucionária” (Carvalho, 1999a, não paginado).⁶

Os militares teriam feito tudo para apressar o que chamou de “vitória” da socialdemocracia sobre a “truculência leninista”. E como hoje a própria esquerda brasileira teria se convertido à social democracia, não haveria mais razão para o “ódio” ao passado representado por 1964. Então “por que continuar a considerá-los fantasmas de um passado tenebroso, em vez de reconhecer neles os precursores de um tempo que é melhor para todos, inclusive para as esquerdas?” (Carvalho, 1999a, não paginado).

Esta narrativa demonstra que Olavo de Carvalho trata as esquerdas brasileiras como um grupo monolítico, como se a defesa das guerrilhas e da insurreição armada fosse característica de todos os grupos à esquerda antes de 1964. O autor desconsidera principalmente dois fatos já apontados por estudiosos das esquerdas no Brasil: 1) o PCB atuava dentro do Parlamento brasileiro, não defendendo qualquer ato de revolução armada antes de 1964 e mesmo posteriormente, o que levou membros do partido a abandoná-lo porque aderiram às táticas de guerrilha com o regime já no poder; 2) grande parte dos que aderiram à luta armada só o fizeram após o golpe de 1964, pois não viam como lutar de outra forma, diante de um regime autoritário, que não deixava espaço de atuação legal para as esquerdas revolucionárias. Entre os partidos contrários à luta armada estavam o PSB e o PORT (Partido Operário

⁵ Esta produção é uma reviravolta no posicionamento do autor adotado em obras anteriores, nas quais ele enfatiza o papel de 1964 na destruição das formas de organização dos trabalhadores urbanos e rurais e no reforço da hegemonia do capital internacional no bloco de poder. (Reis, 1990)

⁶ O ideólogo sustenta sua visão no passado de controvérsias entre as forças leninistas e as social-democratas, citando, inclusive, o “renegado Kautsky”, ou seja, as críticas que Lenin fazia ao pensamento do filósofo e político austríaco, que se filiou ao SPD alemão e colaborou nas teses revisionistas no campo do marxismo.

Revolucionário Trotskista), que não pegaram em armas nem após o aumento da repressão militar, em 1968 (Ridenti, 1993).⁷ O imaginário olavista sobre as esquerdas e sua suposta “responsabilidade” pelo golpe e pela repressão do regime vai ao encontro de uma historiografia “revisionista” nos meios acadêmicos, que aponta que o golpismo era parte da estratégia tanto da direita (que Carvalho denomina de extrema-direita) quanto da esquerda. Haveria o que chamam de “deficit democrático” na sociedade brasileira (Melo, 2013).

Nesta perspectiva, haveria motivos para a suspeita da oposição em relação a um “golpismo” de João Goulart, sendo um exemplo a tentativa de decretação de estado de sítio pelo governo, que foi impedida pelo Congresso em 1963. A análise de Figueiredo (1993) vai por esta linha, ao enfatizar a exacerbação da busca de “interesses imediatos e otimizados” por parte das esquerdas, contribuindo para o avanço da coalizão contrária e a adesão ao golpismo por forças que antes defendiam a legalidade constitucional. Sua análise prioriza estratégias, interesses e percepções dos atores, levando a escolhas diante de possibilidades e, por este caminho, afirma que entre 1961 e 1964 as ações e escolhas do governo Goulart solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação das reformas, reduzindo a possibilidade de implementá-las sob regras democráticas, resultando em tentativas autoritárias tanto à esquerda como à direita. Goulart teria perdido oportunidades de resolver os conflitos democraticamente, e uma delas seria o não respeito ao compromisso parlamentarista que permitiu a sua posse, perdendo a chance de realizar reformas graduais em parceria com o Congresso, optando por minar o regime por dentro, defendendo o presidencialismo a todo custo, a despeito das desconfianças sobre suas atitudes. A autora cita também as divisões nas esquerdas, suas tentativas de realizar reformas

sem condições políticas para tal e os interesses próprios de lideranças como Brizola, Arraes, Julião, Prestes, entre outros.

Assim como Ferreira (2011) explica o golpe de 1964 como resultado da radicalização das esquerdas, que teriam adotado a “estratégia do confronto”, levando à “reação” das forças que formaram a frente golpista, chegando a usar o termo “direitas assustadas”. Vitimiza-se as direitas e culpabiliza-se as esquerdas. Algo semelhante ao que Olavo de Carvalho faz em sua narrativa.

Nesse sentido, ainda que os autores de algumas interpretações ditas “revisionistas” no campo da historiografia não possam ser vinculados a qualquer tentativa de legitimar o golpe de 1964 e seus argumentos, ainda que polêmicos, possam ser aceitos como abordagens legítimas, mesmo que contestáveis, não se pode desconsiderar que os aspectos que levantam em seus trabalhos são utilizados por grupos políticos interessados em defender os eventos de 1964 e legitimá-los. Suas abordagens possuem, portanto, implicações políticas negativas a serem apontadas.

O discurso de Olavo de Carvalho sobre os eventos de 1964 revelam alguns objetivos centrais: 1) Culpabilizar a esquerda em geral pelo golpe; 2) Legitimar os eventos de 1964 travestindo-os de um propósito pacifista; 3) Apresentar uma visão benevolente do regime militar.

Quanto a este último objetivo, Carvalho aponta para o “reconhecimento do caráter maligno e suicidário da reação guerrilheira” e “da contribuição positiva do regime militar à consolidação de uma economia voltada predominantemente para o mercado interno – uma condição básica da soberania nacional” (Carvalho, 1999a, não paginado).

Carvalho usa a dicotomia “mal” e “bem” para se referir ao evento de 1964: o primeiro é atribuído àquilo que o golpe de 1964 teria evitado – o comunismo, a extrema direita e a guerra civil; o segundo é atribuído ao regime militar e às “coisas positivas” que este teria realizado. Por isso, ele conclui com a seguinte questão:

⁷ As forças de esquerda favoráveis à luta armada eram grupos minúsculos, como a POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e o PC do B (Ridenti, 1993).

“não estaria na hora de repensar a Revolução de 1964 e remover a pesada crosta de *slogans* pejorativos que ainda encobre a sua realidade histórica?” (Carvalho, 1999a, não paginado).

Carvalho transforma o evento golpista em algo banal, necessário, inevitável e brando, pois o conceito de extrema direita é atribuído a outro movimento civil, contra o qual o golpe teria lutado.

Onde entra o negacionismo no pensamento de Carvalho? Ele não nega a ideia de golpe; ele nega o caráter violento e arbitrário dos eventos de 1964. E culpabiliza as esquerdas em geral pelo golpe. Além disso, nega a existência de uma ditadura no período anterior a 1968, enquanto o AI-5 seria culpa das esquerdas e seu radicalismo e “terrorismo”.

Apontamos que há uma aproximação em certos pontos da interpretação de Carvalho sobre o golpe de 1964 e trabalhos de historiadores e cientistas políticos que divulgam suas teses nas universidades e nos eventos científicos. Isso diz muito sobre a falácia do argumento olavista de que existe uma hegemonia marxista entre os intelectuais que estudam o tema do golpe de 1964.

Olavo de Carvalho inspira seguidores a reproduzir sua narrativa, não somente sobre 1964, como em relação ao mundo atual, à ordem internacional e a várias outras temáticas. Os frutos discursivos de Olavo de Carvalho continuam atuantes e servem para espalhar as suas ideias na sociedade, sendo seus atuais seguidores os sujeitos da tarefa de “olavizar” o pensamento político de extrema direita no Brasil.

CONCLUSÃO

A partir da análise de discursos e narrativas produzidos por Olavo de Carvalho, notadamente artigos publicados em jornais e em seu site pessoal, englobando a década de 1990 e as duas primeiras décadas dos anos 2000, pudemos demonstrar que Carvalho produz

uma interpretação sobre 1964 e o período militar que possui aproximações e afastamentos em relação aos setores militares e civis, assim como em relação a trabalhos acadêmicos que abordam o tema.

O golpe de 1964 é justificado com base na tese da ameaça de um golpe comunista no Brasil com apoio dos soviéticos, reiterando o suposto domínio das esquerdas nos meios de comunicação e nas universidades durante o regime militar e adotando a tese do revanchismo esquerdista e de sua influência sobre a memória produzida acerca do golpe e do período dos governos militares.

Constatamos que Carvalho não nega a existência do golpe militar, recusando o termo “revolução democrática”, geralmente utilizado pelos setores militares, e fortalece esta interpretação com base em críticas contundentes a todo processo revolucionário, associando-o exclusivamente ao campo da esquerda.

Carvalho apresenta uma imagem benevolente do processo golpista, negando o seu caráter violento e descrevendo-o como “pacificador” da sociedade brasileira, frente a uma suposta guerra civil em curso, que seria capitaneada pelas esquerdas e por setores de direita da sociedade civil, deslocando o conceito de extrema direita para um dos lados contendores da guerra civil pressuposta, isentando a ação golpista e o próprio regime militar de qualquer relação com este conceito. O evento golpista é, portanto, banalizado e visto como algo necessário.

Percebemos semelhanças de sua interpretação com algumas teses “revisionistas” defendidas no interior das universidades, sendo um exemplo o mito da ditabranda e a visão de 1968 como marco de uma mudança em direção à ditadura, negando a existência do autoritarismo desde o início da chegada dos militares ao poder. Outro exemplo seria a percepção de um viés golpista e antidemocrático por parte das esquerdas no período.

O negacionismo de Carvalho refere-se ao processo desenvolvido após o golpe, mas, para o evento golpista em si, ele adota o justifi-

cacionismo, tendo contribuído para fortalecer a defesa do golpe e do regime militar, em um contexto marcado pela polarização da sociedade brasileira e pela constituição da Comissão Nacional da Verdade, participando, portanto, da disputa de memórias e ajudando a produzir e alimentar a extrema direita no Brasil.

Recebido para publicação em 20/10/2024
Aceito para publicação em 10/06/2025

Editor Chefe: Renato Francisquini Teixeira

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Natalia dos Reis Cruz – Conceitualização. Investigação. Metodologia. Administração do projeto. Escrita e revisão.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Os dados deste artigo podem ser obtidos mediante solicitação ao autor correspondente.

REFERÊNCIA

- BERKOWITZ, Bill. “Cultural marxism” catching on: “cultural Marxism”, a conspiracy with a anti-semitic twist, is being pushed by much on the American right. *Intelligence In: Report 8 Southern Poverty Law Center*. 15 ago. 2003. Disponível em: <https://www.splcenter.org/fighting-hate/intelligence-report/2003/%E2%80%98cultural-marxism%E2%80%99catching>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- BIANCHI, Alvaro. Ideologia do Medo. *Cult*, 24 jan. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/olavo-de-carvalho-ideologia-do-medo/>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- BRANDÃO, Priscila; LEITE, Isabel. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, 2012.
- CARVALHO, Olavo de. A História Oficial de 1964. *O Globo*, 19 jan. 1999a. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/a-historia-oficial-de-1964/>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- CARVALHO, Olavo de. A Mentalidade Revolucionária. *Diário do Comércio*, 16 ago. 2007. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/a-mentalidade-revolucionaria/>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- CARVALHO, Olavo de. *Militares e a Memória Nacional*, 31 dez. 2000. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/militares-e-a-memoria-nacional/>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- CARVALHO, Olavo de. O Mito da Imprensa Nanica – II. *Diário do Comércio*, 25 nov. 2011. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/tag/regime-militar/>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- CARVALHO, Olavo de. O Plano e o Fato. *Diário do Comércio*, 11 mar. 2013. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/tag/governo-militar/>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- CARVALHO, Olavo de. Reparando uma Injustiça Pessoal, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 mar. 1999b. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- CARVALHO, Olavo de. Resumo do que penso sobre 1964. *Bah*, 2004. Disponível em <https://direitasja.wordpress.com/2013/07/02/resumo-do-que-penso-sobre-1964/>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- CASTRO, Ricardo F. Veneno Antidemocracia: conspiracionismo, ideologia e política. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 17., Rio de Janeiro, 2016. [Anais...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- CLETO, Murilo. Novas Direitas, Memória e Revolucionismo: como a Brasil Paralelo contou a história do regime militar. 2024. 366 p. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.
- CHALOUB, Jorge. Entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos. 21 dez. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/625021-recusa-a-ordem-democratica-de-88-e-de-logicas-pos-45-une-campos-distintos-na-extrema-direita-nacional-entrevista-especial-com-jorge-chaloub>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- DREIFUSS, René. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- MATTHEW, Feldman; GRIFFIN, Roger (ed.). *Fascism: Fascism and culture*. New York: Routledge, 2003.
- MELO, Demian B. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*, [s.l.], v.1, n.1, p. 49-74, jul/dez, 2013.
- MOREIRA, Fernanda. “Só os Vitoriosos Esqueceram”: Intelectuais de Direita e as Disputas pela Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira. 2013. 237 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A guerra cultural bolsonarista e as disputas pela história recente. *Contenciosa*, [s.l.], n. 12, p. 1-16, 2022.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Ditadura nas Universidades: Repressão, Modernização e Acomodação. *Ciência e Cultura*, [s.l.], v. 66, n. 4, p. 21-26, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, [s.l.], v. 9, n. 16, p. 30-67, 2008.
- NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, [s.l.], v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

NOLTE, E. Um Passado que Não Quer Passar. *Novos Estudos CEBRAP*, [s.l.], n. 25, p. 9-15, out., 1989.

PEDRETTI, Lucas. Ditadura, memória e violência nos 60 anos do golpe: um balanço historiográfico e uma proposta analítica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 44, n. 97, 2024.

PUGLIA, Leonardo. Gramsci e os Intelectuais de Direita no Brasil Contemporâneo. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 13, 2018.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

ROCHA, João Cezar de Castro. A desqualificação nulificadora. *Política Democrática Online*, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.fundacaoastrojildo.org.br/rpd-ensaio-joao-cezar-de-castro-rocha-a-desqualificacao-nulificadora/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

Natalia dos Reis Cruz – Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST). Departamento de Relações Internacionais. Universidade Federal Fluminense. Integra o *Núcleo de Estudos da Modernidade* desenvolvendo pesquisas na área de História Contemporânea. Suas mais recentes publicações são: CRUZ, N. R. *Olavo de Carvalho e os BRICS: um conspiracionismo anticomunista anacrônico*. Conjuntura Austral. Revista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS, v. 16, p. 7-21, 2025; CRUZ, N. R. *O Pensamento Olavista sobre a Nova Ordem Internacional*. TEMPO E ARGUMENTO ^{JCR}, v. 15, p. e0201, 2023; CRUZ, N. R. Aleksandr Dugin. *O Projeto Neoeurasianista e a Narrativa sobre a Nova Ordem Mundial*. Estudos Internacionais, v. 11, p. 53-70, 2023.

OLAVO DE CARVALHO IN THE DEBATE ON THE COUP AND THE MILITARY DICTATORSHIP

Natalia dos Reis Cruz

This paper analyzes Olavo de Carvalho's narrative about the 1964 coup and the military regime in Brazil. The objective is to understand the differences and similarities between the Olavo narrative and sectors of the Brazilian far right and part of the academic historiography on the subject. The results show that Carvalho is close to "revisionist" and liberal strands of academic historiography, as well as military discourses. Using the concept of "cultural Marxism," Carvalho denies the violent nature of the coup, attributing the violence to sectors of civil society from the far right and left, and constructs an image of a "soft dictatorship." Critical of the concept of "revolution," he distances himself from the military narrative and accepts the concept of "coup," considered an inevitable necessity in view of the threat of a "communist dictatorship" during the João Goulart government.

KEYWORDS: Military dictatorship. Cultural Marxism. Communism. Coup. Far right.

OLAVO DE CARVALHO EN EL DEBATE SOBRE EL GOLPE DE ESTADO Y LA DICTADURA MILITAR

Natalia dos Reis Cruz

Este artículo analiza la narrativa de Olavo de Carvalho sobre el golpe de Estado de 1964 y el régimen militar en Brasil. El objetivo es comprender las diferencias y similitudes entre la narrativa de Olavo y sectores de la extrema derecha brasileña, así como parte de la historiografía académica sobre el tema. Los resultados muestran que Carvalho se acerca a las corrientes "revisionistas" y liberales de la historiografía académica, así como a los discursos militares. Utilizando el concepto de "marxismo cultural", Carvalho niega la naturaleza violenta del golpe, atribuyéndola a sectores de la sociedad civil de extrema derecha e izquierda, y construye una imagen de "dictadura blanda". Crítico del concepto de "revolución", se distancia de la narrativa militar y acepta el concepto de "golpe", considerado una necesidad inevitable ante la amenaza de una "dictadura comunista" durante el gobierno de João Goulart.

PALABRAS CLAVE: Dictadura militar. Marxismo cultural. Comunismo. Golpe de estado. Extrema derecha.